

Movimento pela Saúd dos Povos



Carta dos Povos pela Saúde



INTRODUÇÃO

Em 1978, na Conferência de Alma-Ata, ministros de 134 países membros, em associação com OMS e UNICEF, declararam “Saúde para Todos no Ano 2000”, selecionando a Atenção Primária à Saúde como a melhor ferramenta para atingir esta meta.

Infelizmente, aquele sonho nunca se tornou realidade. O estado de saúde das populações do terceiro mundo não melhorou. Em muitos casos, deteriorou ainda mais. Atualmente, estamos enfrentando uma crise mundial da saúde, caracterizada por crescentes desigualdades entre os países e dentro de um mesmo país. Novas ameaças à saúde estão constantemente surgindo, impulsionadas pelas forças negativas da globalização, que impedem a distribuição equitativa de recursos no que toca a saúde das pessoas, especialmente a dos mais pobres.

No setor da saúde, a falha em implementar os princípios da Atenção Primária à Saúde, tal como originalmente concebidos em Alma-Ata, agravou significativamente a crise mundial da saúde.

Os governos e os organismos internacionais são inteiramente responsáveis por esta falha.

Hoje em dia, tornou-se essencial a construção de um esforço internacional coordenado para colocar as metas da Saúde para Todos no devido lugar na agenda do desenvolvimento. Iniciativas genuínas, centradas na pessoa, precisam ser fortalecidas para aumentar a pressão sobre os responsáveis pela tomada de decisão, governos e setor privado para assegurar que a visão de Alma-Ata se torne uma realidade.

Diversas organizações internacionais e movimentos da sociedade civil, ONGs e grupos de mulheres começaram a trabalhar juntos rumo a este objetivo. Este grupo, junto com outros igualmente comprometidos com os princípios da Atenção Primária à Saúde e com as perspectivas populares, organizaram a “Assembléia pela Saúde dos Povos”, que aconteceu de 4 a 8 de dezembro de 2000 em Savar, Bangladesh, no campus do Gonoshasthasthaya Kendra ou GK (Centro da Saúde dos Povos).

1453 participantes de 92 países vieram à Assembléia, que foi o cume de 18 meses de ação preparatória ao redor do mundo. Este processo preparatório gerou um entusiasmo jamais antes visto e estimulou a participação de uma ampla gama de pessoas envolvidas em milhares de encontros comunitários, oficinas em nível local e encontros nacionais.

As sessões plenárias da Assembléia abordaram cinco temas principais: Saúde, Vida e Bem-Estar; Desigualdade, Pobreza e Saúde; Cuidados de Saúde e Serviços de Saúde; Meio-Ambiente e Sobrevivência; e Caminhos a Seguir. Pessoas de todo o mundo apresentaram testemunhos de deprivação e falha de serviços, assim como iniciativas populares e de organização bem-sucedidas. Mais de uma centena de sessões aconteceram, possibilitando aos participantes compartilhar

e discutir em maior detalhe diferentes aspectos dos grandes temas, dando voz às suas experiências e preocupações específicas. O evento de cinco dias deu espaço aos participantes para se expressarem no seu próprio idioma. Eles colocaram as falhas dos seus respectivos governos e organizações internacionais e decidiram lutar juntos para que a saúde e o desenvolvimento equitativo se tornem prioridades absolutas nas agendas dos gestores em nível local, nacional e internacional.

Tendo revisado seus problemas e dificuldades e compartilhado suas experiências, os participantes formularam e endossaram a Carta dos Povos pela Saúde. A partir de agora, a Carta será a ferramenta comum de um movimento internacional de cidadãos comprometidos com a realização do sonho de Alma-Ata.

Nós encorajamos e convidamos todos que compartilham destas preocupações e que desejam juntar-se a nós endossando a Carta.

PREÂMBULO

Saúde é uma questão social, econômica, política e, acima de tudo, um direito humano fundamental. Desigualdades, pobreza, exploração, violência e injustiça encontram-se entre as causas das doenças e morte dos pobres e marginalizados. Proporcionar condições de saúde para todos implica desafiar interesses poderosos, resistir à globalização e mudar drasticamente as prioridades políticas e econômicas.

Esta Carta baseia-se nas perspectivas de pessoas cujas vozes raramente são ouvidas, se é que são ouvidas. Ele estimula as pessoas a desenvolverem suas próprias soluções, forçando autoridades locais, governos nacionais, organizações internacionais e empresas a assumirem a responsabilidade.

VISÃO

Equidade, desenvolvimento sustentável do ponto de vista ecológico e paz estão no âmago de nossa visão de um mundo melhor; mundo onde vida saudável para todos é uma realidade; mundo que respeita, dá valor e celebra todas as formas de vida e a sua diversidade; mundo onde os talentos e habilidades individuais florescem e se enriquecem mutuamente; onde as vozes do povo guiam as decisões que moldam nossas vidas. Os recursos para atingirmos essa visão são mais que suficientes.

A CRISE DA SAÚDE

"Doenças e mortes acontecendo diariamente nos encham de raiva. Não porque as pessoas ficam doentes ou morrem. Temos raiva porque muitas dessas doenças e mortes têm sua origem nas políticas econômicas e sociais que nos são impostas."
(Uma voz da América Central)

Carta dos Povos pela Saúde

Nas últimas décadas, mudanças econômicas ocorridas no mundo inteiro têm afetado profundamente a saúde das pessoas e seu acesso à assistência médica e outros serviços sociais.

Apesar de termos alcançado níveis de riqueza jamais vistos, a fome e a pobreza não param de crescer. O abismo entre nações ricas e pobres aumentou, assim como aumentaram as desigualdades entre as classes sociais, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos.

Grande parte da população mundial ainda não tem acesso a alimentos, educação, serviços de água e esgoto, abrigo, terras e seus recursos, emprego e assistência médica. A discriminação continua a prevalecer, o que afeta tanto a ocorrência de doenças quanto o acesso à assistência médica.

Os recursos naturais do planeta estão sendo devastados em ritmo alarmante. A degradação do meio ambiente ameaça a saúde de todos, especialmente a dos mais carentes. Novos conflitos surgem a toda hora e armas de destruição em massa continuam a apresentar grave ameaça.

Os recursos mundiais estão cada vez mais concentrados nas mãos de uns poucos que se empenham em maximizar seus lucros. Medidas econômicas e políticas neoliberais são adotadas por um pequeno grupo de nações poderosas e instituições internacionais, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial de Comércio. Essas políticas, juntamente com as atividades não regulamentadas de empresas transnacionais, têm afetado seriamente a vida, meios de vida, saúde e bem-estar das populações, tanto no Hemisfério Norte como no Hemisfério Sul.

Os serviços públicos não suprem as necessidades do povo devido a sua deterioração, causada, em grande parte, por cortes nos orçamentos governamentais destinados aos serviços sociais. Os serviços de saúde tornaram-se menos acessíveis, sendo distribuídos desigualmente e de forma inadequada.

A privatização ameaça prejudicar ainda mais o acesso à assistência médica e comprometer o princípio fundamental da equidade. A perseverança de moléstias que podem ser evitadas, o reaparecimento de tais doenças como tuberculose e malária, e o surgimento e disseminação de novas enfermidades são forte indício da falta de comprometimento do mundo atual com os princípios de equidade e justiça.

PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A CARTA DOS POVOS PELA SAÚDE

- Atingir o mais alto nível de saúde e bem-estar possível é um direito humano fundamental, independente de cor, etnia, religião, sexo, idade, aptidões, tendências sexuais e classe social.
- Os princípios de Atenção Primária, universal e abrangente, previstos em 1978 na Declaração de Alma Ata, devem servir de base para a formulação de políticas relativas à saúde. Agora, mais do que nunca, é preciso uma abordagem justa, participativa e intersetorial com relação à saúde e à assistência médica.
- É responsabilidade fundamental dos governos assegurar acesso universal à assistência médica, educação e outros serviços sociais de alta qualidade conforme as necessidades das pessoas e não de acordo com sua capacidade de pagamento.
- A participação do povo e de suas organizações é essencial à formulação, implantação e avaliação de todas as políticas e programas sociais e de saúde.
- A saúde é, antes de mais nada, determinada pelos ambientes político, econômico, social e físico, devendo ser, juntamente com a equidade e o desenvolvimento sustentado, prioridade absoluta no estabelecimento de políticas locais, nacionais e internacionais.
- Para combater a crise global de saúde, é necessário agir em todos os níveis - individual, comunitário, nacional, regional e global; e em todos os setores. As exigências apresentadas a seguir fornecem uma base para a ação.

UM CHAMADO PARA A AÇÃO

Para combater a crise da saúde mundial, precisamos agir em todos os níveis - individual, comunitário, nacional, regional e global - e em todos os setores. As demandas apresentadas abaixo fornecem uma base para a ação.

SAÚDE COMO UM DIREITO HUMANO

A saúde é um reflexo do comprometimento de uma sociedade para com a equidade e a justiça. A saúde e os direitos humanos deveriam prevalecer sobre interesses políticos e econômicos.

Esta Carta é um chamado a todos os povos do mundo para:

- Darem seu apoio a todos os esforços para implementar o direito à saúde.

- Exigirem que governos e organizações internacionais reformulem, implementem e façam cumprir as políticas e práticas que respeitem o direito à saúde.
- Formarem movimentos com ampla base popular para exercer pressão sobre os governos, exigindo que incorporem saúde e direitos humanos na constituição e legislação de cada país.
- Lutarem contra a exploração das necessidades de saúde do povo para obter lucro.

ENFRENTANDO OS GRANDES FATORES QUE DETERMINAM A SAÚDE

Desafios econômicos

A economia exerce grande influência na saúde das pessoas. Políticas econômicas que dão prioridade à justiça, saúde e bem-estar social podem melhorar a saúde da população, assim como a própria economia.

Medidas políticas, financeiras, agrícolas e industriais que visam satisfazer, antes de tudo, as exigências capitalistas impostas por governos nacionais e organizações internacionais, apartam as pessoas de suas vidas e seus meios de vida. Os processos de liberalização e globalização econômica resultaram em maiores desigualdades entre as nações e dentro delas. Muitos países, especialmente os mais poderosos, fazem uso de seus recursos, inclusive por meio de sanções econômicas e intervenções militares, para consolidar e expandir suas posições, com efeito devastador sobre as vidas das pessoas.

Esta Carta é um chamado a todos os povos do mundo para:

- Exigirem a transformação do sistema global de comércio a fim de que deixe de violar os direitos sociais, ambientais, econômicos e de saúde do povo e comece a discriminar positivamente a favor dos países do Hemisfério Sul.
- Assegurarem que tais mudanças incluam os sistemas de propriedade intelectual, tais como patentes e o acordo sobre os Aspectos Comerciais dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS), bem como que a estrutura da Organização Mundial de Comércio (WTO) contenha um compromisso claro de apoio a todas as medidas que visem a proteção da saúde pública.
- Exigirem o cancelamento da dívida do Terceiro Mundo.
- Exigirem a transformação radical do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para que essas instituições reflitam e promovam efetivamente os direitos e interesses dos países em desenvolvimento.

- Exigirem regulamentação eficaz que assegure que Empresas Transnacionais (TNCs) não tenham efeito negativo na saúde do povo, que não explorem seus trabalhadores, que não degradem o meio ambiente e que não restrinjam a soberania nacional.
- Assegurarem que os governos implementem programas agrícolas sintonizados com as necessidades do povo e não com as exigências do mercado, garantindo, assim, proteção às fontes de alimentação e acesso imparcial aos alimentos.
- Exigirem que os governos nacionais atuem de forma a proteger os direitos da saúde pública nas leis sobre propriedade intelectual.
- Exigirem o controle e tributação de capitais internacionais especulativos.
- Insistirem para que todas as políticas econômicas sejam submetidas a avaliação do seu impacto sobre a saúde, equidade, sexo e meio ambiente e incluam medidas reguladoras exigindo que sejam respeitadas.
- Questionarem teorias econômicas centradas no crescimento e substituí-las por alternativas que criem sociedades humanas e sustentáveis. As teorias econômicas devem reconhecer restrições do meio ambiente, a importância fundamental da equidade e da saúde, e a contribuição do trabalho não remunerado, especialmente o não reconhecido trabalho das mulheres.

Desafios sociais e políticos

Políticas sociais abrangentes têm efeito positivo na vida e nos meios de vida das pessoas. A globalização econômica e as privatizações abriram brechas profundas nas comunidades, famílias e culturas.

No mundo inteiro, as mulheres são essenciais à trama social das comunidades, no entanto, quase sempre, suas necessidades básicas são ignoradas ou até mesmo negadas, e seus direitos e pessoas violados.

As instituições públicas foram minadas e enfraquecidas. Muitas de suas responsabilidades foram transferidas para o setor privado, principalmente para empresas ou para outras instituições nacionais e internacionais que raramente necessitam prestar contas ao povo. Além disso, o poder dos partidos políticos e sindicatos foi drasticamente reduzido, enquanto as forças conservadoras e fundamentalistas não param de crescer. Seria necessário que a democracia participativa florescesse nas organizações políticas e estruturas civis. Há necessidade urgente de promover e assegurar transparência e responsabilidade.

Carta dos Povos pela Saúde

Esta Carta é um chamado a todos os povos do mundo para:

- Exigirem e sustentarem o desenvolvimento e implantação de políticas sociais abrangentes com a participação total do povo.
- Assegurarem que todas as mulheres e todos os homens tenham direitos iguais ao trabalho, aos meios de vida, à liberdade de expressão, à participação política, a praticar sua religião, à educação e a estar livre da violência.
- Exercerem pressão sobre os governos para que criem e façam cumprir leis que protejam e promovam a saúde física, mental e espiritual assim como os direitos humanos dos grupos marginalizados.
- Exigirem que educação e saúde sejam colocadas no topo das prioridades políticas. Isto significa educação de qualidade gratuita e obrigatória para todas as crianças e adultos, especialmente para meninas e mulheres, e educação e cuidados de alto padrão para crianças na primeira infância.
- Exigirem que as atividades das instituições públicas, tais como serviços de assistência à infância, sistemas de distribuição de alimentos, e sistemas habitacionais beneficiem a saúde dos indivíduos e das comunidades
- Condenarem e procurarem reverter quaisquer medidas, inclusive ocupação, que resultem no deslocamento forçado de pessoas de suas terras, lares e empregos.
- Oporem-se a forças fundamentalistas que ameacem os direitos e liberdade dos indivíduos, principalmente a vida de mulheres, crianças e minorias.
- Oporem-se ao turismo sexual e tráfico global de mulheres e crianças.

Desafios do meio ambiente

Poluição da água e do ar, rápidas mudanças climáticas, destruição da camada de ozônio, energia e lixo nucleares, produtos químicos tóxicos e pesticidas, perda da biodiversidade, devastação de florestas e erosão do solo têm ampla conseqüência na saúde das pessoas. A causa primordial dessa destruição inclui a exploração insustentável dos recursos naturais, ausência de uma visão holística de longo-prazo, a difusão de comportamentos individualistas que visam a maximização do lucro, e o excesso de consumo dos ricos. Essa destruição precisa ser enfrentada e revertida imediatamente e com eficiência.

Esta carta é um chamado a todos os povos do mundo para:

- Fazerem com que empresas nacionais e internacionais, instituições públicas e forças militares prestem contas de suas atividades destrutivas e perigosas que afetam o meio ambiente e a saúde das pessoas.

- Exigirem que todos os projetos de desenvolvimento sejam avaliados de acordo com critérios que respeitam a saúde e o meio ambiente e que se use cautela e comedimento sempre que políticas e tecnologias possam apresentar riscos potenciais à saúde e ao meio ambiente (princípio da precaução).
- Exigirem que os governos comprometam-se com presteza a reduzir mais os gases que produzem o efeito estufa emitidos em seus territórios do que estabelecido no acordo internacional sobre mudanças climáticas sem recorrer a práticas e tecnologias inadequadas ou perigosas.
- Oparem-se à transferência de indústrias nocivas e lixo tóxico e radiativo para países mais pobres e comunidades marginalizadas e incentivar soluções que minimizem a produção de resíduos.
- Reduzirem o excesso de consumo e estilos de vida não sustentáveis, tanto no Hemisfério Norte como no Sul. Pressionarem países ricos industrializados para que reduzam em 90% seus níveis de consumo e poluição.
- Exigirem medidas que assegurem saúde e segurança no trabalho, inclusive monitorando as condições de trabalho com foco no trabalhador.
- Exigirem medidas que evitem acidentes e ferimentos nos locais de trabalho, nas comunidades e nos lares.
- Rejeitarem patentes sobre a vida e oporem-se à bio-pirataria de conhecimentos e recursos nativos e tradicionais.
- Desenvolverem indicadores do progresso ambiental e social centrados no povo e com base na comunidade. Pressionarem pelo desenvolvimento e adoção de auditorias freqüentes para medir a deterioração do meio ambiente e o estado de saúde da população.

Guerras, violência e conflitos

Guerras, violências e conflitos devastam as comunidades e destroem a dignidade humana. Exercem forte impacto sobre a saúde física e mental das pessoas, especialmente mulheres e crianças. Compram-se cada vez mais armas e o comércio internacional de armamentos, corrupto e agressivo, mina a estabilidade social, política e econômica, prejudicando a alocação de recursos para a esfera social.

Esta Carta é um chamado a todos os povos do mundo para:

- Darem apoio a campanhas e movimentos em prol da paz e do desarmamento.
- Darem apoio a campanhas contra a agressão e contra pesquisas, produção, testes e uso de armas de destruição em massa e outras, inclusive todos os tipos de minas terrestres.

Carta dos Povos pela Saúde

- Darem apoio às iniciativas populares visando paz justa e duradoura, especialmente em países que passaram por guerras civis e genocídio.
- Condenarem o uso de crianças em combates, assim como o abuso, estupro, tortura e matança de mulheres e crianças.
- Oparem-se à militarização das intervenções de socorro humanitário.
- Exigirem a mudança radical do Conselho de Segurança das Nações Unidas para que venha a operar democraticamente.
- Exigirem que as Nações Unidas e os países individualmente não façam uso de sanções como instrumento de agressão que possa prejudicar a saúde das populações civis.
- Incentivarem iniciativas populares independentes em declarar bairros, comunidades e cidades como áreas de paz e zonas sem armamentos.
- Darem apoio a ações e campanhas que visem a prevenção e redução de comportamentos agressivos e violentos, principalmente por parte dos homens, e a promoção da coexistência pacífica.

O SETOR DA SAÚDE CENTRADO NAS PESSOAS

Esta Carta prevê o fornecimento de atenção primária abrangente e universal, sem considerar se a pessoa tem ou não capacidade de pagar. Os serviços de saúde devem ser democráticos e responsáveis, e contar com recursos suficientes para tanto.

Esta Carta é um chamado a todos os povos do mundo para:

- Oparem-se a políticas nacionais e internacionais que visem a privatização dos sistemas de saúde transformando-os em mercadoria.
- Exigirem que os governos promovam, financiem e providenciem Serviços de Atenção Primária abrangentes como forma mais eficiente de tratar problemas de saúde e organizar serviços de saúde pública de modo a assegurar o acesso gratuito e universal.
- Exercerem pressão sobre os governos para que estes adotem, implantem e executem políticas nacionais de saúde e medicamentos.
- Exigirem que os governos se oponham à privatização dos serviços de saúde pública e assegurem que o setor de saúde privada tenha uma regulamentação eficaz, inclusive os serviços de saúde prestados por organizações beneficentes e ONGs.
- Exigirem uma transformação radical da Organização Mundial de Saúde (OMS) para que esta venha a encarar os desafios do setor

da saúde de forma a beneficiar os pobres, evitar abordagens verticais, assegurar cooperação entre setores, envolver organizações populares na Assembléia Mundial de Saúde e assegurar afastamento dos interesses corporativos.

- Promoverem, apoiarem e tomarem parte em atos que incentivam o poder e controle do povo nas tomadas de decisão com relação a assuntos de saúde em todos os níveis, inclusive direitos de pacientes e usuários.
- Apoiarem, reconhecerem e promoverem sistemas de cura e médicos tradicionais e holísticos e sua integração no sistema de Atenção Primária.
- Exigirem mudanças no treinamento dos profissionais da saúde para que se concentrem mais nos problemas, compreendam melhor o impacto de questões globais sobre suas comunidades, trabalhando com elas e respeitando as suas diversidades.
- Desmistificarem tecnologias médicas e de saúde (inclusive medicamentos) e exigirem que se submetam às necessidades de saúde do povo.
- Exigirem que as pesquisas no campo da saúde, inclusive pesquisa genética e o desenvolvimento de medicamentos e tecnologias da reprodução, sejam conduzidas de modo participativo, com base na necessidade, por instituições responsáveis. Tais pesquisas devem ser voltadas para o povo e à saúde pública, respeitando-se os princípios éticos universais.
- Darem apoio aos direitos humanos quanto à reprodução e inclinação sexual, opondo-se a todas as medidas repressivas com relação a políticas de planejamento populacional e familiar. Tal apoio inclui o direito a toda a gama de métodos seguros e eficazes de controle da fertilidade.

PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA UM MUNDO SAUDÁVEL

Organizações e movimentos populares fortes têm importância fundamental nos processos de tomada de decisão democráticos, transparentes e responsáveis. É imperativo que os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas sejam assegurados. Se, por um lado, os governos têm a responsabilidade básica de promover uma abordagem mais justa com relação à saúde e aos direitos humanos, grupos e movimentos da sociedade civil e meios de comunicação têm um papel importante em assegurar o poder e o controle do povo no desenvolvimento de políticas e em monitorar para que estas sejam efetivamente levadas a cabo.

Carta dos Povos pela Saúde

Esta Carta é um chamado a todos os povos do mundo para:

- Instituírem e fortalecerem organizações do povo para criar uma base para a análise e a ação.
- Promoverem, apoiarem e dedicarem-se a ações que incentivam o povo a envolver-se nas tomadas de decisão relativas aos serviços públicos em todos os níveis.
- Exigirem que as organizações do povo tenham representação em fóruns dedicados à saúde.
- Apoiarem iniciativas locais visando democracia participativa através do estabelecimento de redes de solidariedade voltadas para o povo em todo o mundo.

EMENDA

Após o endossamento da Carta dos Povos pela Saúde em 8 de dezembro de 2000, chamou-se a atenção do grupo que estava elaborando a Carta para os pontos de ação 1 e 2 na sessão de Desafios Econômicos ressaltando que estes poderiam ser interpretados como estando apoiando a cláusula social da OMC, que na verdade serve para fortalecer a OMC e a sua agenda neoliberal. Considerando que isto vai de encontro às demandas da Assembléia para a mudança da OMC e do sistema mundial de comércio, os dois parágrafos foram fusionados e modificados.

A sessão Guerra, Violência e Conflito foi modificada para incluir desastres naturais. Um novo ponto de ação, número 5 nesta versão, foi adicionado para solicitar o fim da ocupação. Além disso, o ponto de ação número 7, agora número 8, foi modificado para leitura do fim de todas as sanções. Um ponto de ação adicional, número 11, sobre desastres naturais, foi adicionado.

Assembléia da Saúde dos Povos e a Carta

A idéia de formar-se uma Assembléia de Saúde do Povo (People's Health Assembly-PHA) tem sido discutida por mais de uma década. Em 1988, várias organizações lançaram o processo que estabeleceu a Assembléia de Saúde do Povo e começaram a planejar uma grande reunião internacional que teve lugar em Bangladesh no fim do ano 2000. Deu-se início a uma série de atividades anteriores e posteriores à Assembléia, incluindo seminários regionais, compilação de histórias de saúde junto ao povo e o preparo da minuta da Carta dos Povos pela Saúde. A presente Carta foi estruturada a partir das perspectivas de cidadãos e organizações populares de todo o mundo, tendo sido inicialmente aprovada e submetida a endosso na reunião da Assembléia realizada em Savar, Bangladesh, em dezembro de 2000. A Carta é uma expressão de nossas preocupações, nossa visão de um mundo melhor e mais saudável, e nossa convocação para uma ação radical. É uma ferramenta para advogar e um ponto de referência através do qual um momento global de saúde pode ser alcançado e no qual novas redes e coalizões podem formar-se.

Junte-se a nós; Endosse a Carta

Chamamos as pessoas e organizações a tomarem parte nesse movimento mundial e as convidamos a endossar e auxiliar na implantação da Carta dos Povos pela

Secretaria do PHM

Email: secretariat@phmovement.org

Web: www.phmovement.org

Endosse a Carta dos Povos pela Saúde

Informações pessoais

Nome :

Sobrenome :

Endereço para correspondência

Rua e número :

Cidade :

Estado :

CEP :

País :

Email :

Organização

Nome :

Página eletrônica (website) :

Comentários sobre a Carta

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

